Encontro Estadual dos Operadores dos Fundos de
Assistência Social de Mato Grosso do Sul – 30 e 31 de
julho de 2019

“O Papel do Ministério
Público Estadual e a
Experiência da Mediação
do SUAS: Região Sul-
Fronteira”

MINISTÉRIO PÚBLICO (art. 127 da Constituição Federal)

1-) DEFESA DA ORDEM JURÍDICA;

2-) DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO;

3-) DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS
INDISPONÍVEIS;

Artigo 129, inciso II da Constituição Federal: é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

Constituição Federal - art. 203. A assistência social **será** prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a **proteção** à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o **amparo** às crianças e adolescentes carentes;

III - a **promoção** da integração ao mercado de trabalho;

IV - a **habilitação** e **reabilitação** das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a **garantia** de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Lei n. 8.742/93 – LOAS

Artigo 1º. A Assistência Social, **direito do cidadão** e **dever do Estado**, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Artigo 31. Cabe ao Ministério Público zelar pelo **efetivo**
respeito aos direitos estabelecidos nesta Lei.

Questionamentos ao Ministério Público

1. Como garantir esse efetivo respeito?
2. Como agir?
3. Como ser efetivo e eficiente?

Trata-se de uma imposição legal ao Ministério Público: zelar pelo **efetivo respeito** aos direitos estabelecidos nesta Lei.

**Dificuldades da atuação tradicional (de gabinete,
aristocrática, cartorial):**

- ✓ **compreensão dos fundamentos da gestão pública;**
- ✓ **conhecimento técnico da área-fim;**
- ✓ **timing da investigação;**
- ✓ **timing da judicialização;**

Resultados da atuação Cartorial

- Resolutividade baixa no enfrentamento das demandas;
- Responsabilização generalizada de agentes públicos;
- Distanciamento da gestão dos órgãos de controle e avaliação (no caso do MP);
- Serviço Socioassistencial mal prestado;
- Aumento da vulnerabilidade social;
- Desrespeito à Constituição e às Leis;
- Crise de legitimidade do Estado;

Objetivo Geral da Mediação SUAS

A Mediação Socioassistencial visa criar um espaço democrático de diferentes esferas do governo a fim de legitimar a **solução consensual** das demandas socioassistenciais existentes em cada território. Por meio de reuniões e encontros com os principais atores envolvidos no **funcionamento e fiscalização** do Sistema Único de Assistência Social, cria-se uma instância de discussão interinstitucional como estratégia de **superação do viés da política partidária**, priorizando-se a melhor **solução técnica** dentre as possibilidades estruturais da rede de assistencial social para o enfrentamento dos problemas socioassistenciais constatados.

1. Objetivos Específicos

- a) **Corresponsabilizar** os agentes públicos *lato sensu* ligados direta ou indiretamente ao funcionamento e fiscalização do SUAS **pelas decisões** acerca dos problemas socioassistenciais existentes em seu território (gestores municipais e estaduais; equipe técnica; Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS; Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; Ministério Público; Poder Legislativo; Conselhos Profissionais de Classe; comunidade).
- b) Aprofundar o **conhecimento** acerca das bases, sistematização e objetivos do Sistema Único de Assistência Social em relação aos operadores, fiscalizadores e usuários do sistema;

- c) Priorizar o **debate técnico** na tomada de decisões;

- d) Diminuir os impactos negativos oriundos da **(des)continuação da política de assistência social** a cada troca de gestão;

- e) Aprimorar a gestão e o controle do Sistema por meio de **debate intersetorial** na construção das **decisões estruturantes**;

- f) Estimular, apoiar e difundir as boas práticas e **processos de trabalhos eficientes** – capacitação permanente;

- g) Enfrentamento de problemas socioassistenciais pontuais e específicos da Região Sul-Fronteira e de cada território socioassistencial;

- h) Defender, a partir da correta compreensão, os pilares estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (Princípios e Diretrizes – **Princípios**: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; divulgação ampla dos benefícios, serviços e programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão; **Diretrizes**: descentralização político-administrativa para E, DF e M – comando único em cada esfera de governo; participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e controle das ações; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo);

- i) Fomentar o “**pertencimento social**” do Sistema Único de Assistência Social por meio do aprimoramento do controle social;

2. Metas/Resultados

- a. Garantir **efetividade** dos instrumentos de gestão (Plano de Assistência Social; Pacto do Aprimoramento do SUAS; Orçamento; Processo de Acompanhamento (Plano de Providências e Planos de Apoio); Gestão da Informação (Cadúnico; sistemas de monitoramento; Censo SUAS) e Gestão do Trabalho (inovação prevista na NOB/SUAS 2012 – concurso público; ambiente de trabalho saudável e adequado; plano de cargos e salários; definição de processos de negociação no ambiente institucional);
- b. Tornar realidade a organização dos serviços regionalizados de assistência social na Região Sul Fronteira de Ponta Porã;
- c. Aprimorar a gestão de cada território a partir das proposições/pactuações visando à **melhoria dos processos de trabalho**;

- d. Realizar **diagnósticos permanentes** acerca das condições de funcionamento do sistema – controle e avaliação;
- e. Instituir **espaço de interlocução entre os gestores, a sociedade e o sistema de justiça;**
- f. Diminuir a judicialização **desestruturante** do Sistema Único de Assistência Social;

Temas já abordados nas reuniões de Mediação

1. Estrutura organizacional das SMAS (regimento interno; organograma);
2. Aprovação de Lei Orgânica da Assistência Social em cada município;
3. Acompanhar a frequência dos servidores municipais nos eventos disponibilizados por meio do CapacitaSuas;
4. Diagnóstico das equipes dos CREAS e dos respectivos planos de ação;
5. Instituição de Plano de Ação voltado à pessoa com deficiência e seus familiares;
6. Instituição, no âmbito municipal, de legislação correlata ao novo marco regulatório – Lei Federal n. 13.204/2015;

7. Capacitação realizada pela equipe da Sedhast voltada ao controle social;
8. Conselhos Municipais de Assistência Social (atualização/adequação dos regimentos internos e organograma; autonomia do Conselho; apresentação dos planos de ações e agenda; aproximação Conselho x Ministério Público);
9. Acompanhamento dos processos de monitoramento e avaliação da rede SUAS (relatórios de monitoramentos e planos de providência)

Mediação SUAS na Região Sul-Fronteira:

- Resolução CIB/MS n. 405 de 27 de julho de 2017: dispõe sobre a aprovação da adesão à Mediação Socioassistencial dos municípios da Região Sul-Fronteira.
- Resolução n. 198/SEDHAST/MS, de 26 de março de 2019: institui a Comissão de Mediação Socioassistencial da Região Sul-Fronteira e dá outras providências.

- Resolução SESHAST n. 199 de 28 de março de 2019: aprova o regimento interno da Comissão de Mediação Socioassistencial da Região Sul-Fronteira

“O aprimoramento da política de assistência social pressupõe a aptidão técnica e o comprometimento ético dos gestores e suas equipes, como também o envolvimento colaborativo do Ministério Público na medida em que seja capaz de catalisar, fomentar e fortalecer as mudanças necessárias à consolidação do Sistema Único de Assistência Social” .

Obrigado

1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã

Dr. Gabriel da Costa Rodrigues Alves

Contato: (67) 3431-1375; (67) 981082131 (WhatsApp)

E-mail: gabrielalves@mpms.mp.br ou brielcra@hotmail.com